



Reforma trabalhista obtém primeira aprovação no Senado

Por 14 votos a 11, Comissão de Assuntos Econômicos aprovou relatório favorável ao texto, que passará por mais dois colegiados antes de ir a Plenário

Após nove horas de debates, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou relatório favorável à proposta de reforma trabalhista. O texto, de Ricardo Ferraço, não faz nenhuma alteração em relação ao projeto enviado pela Câmara, mas sugere que seis pontos sejam vetados pela Presidência da República. A reforma ainda passará pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça antes de ir a votação em Plenário.

Durante o debate, senadores de oposição fizeram duras críticas à proposta e alguns nomes da base do governo expressaram insatisfação com a reforma. **5**



Senadores debatem relatório favorável à proposta do governo: votação foi concluída após mais de nove horas de manifestações de defesa ou de críticas ao texto

Marcos Oliveira/Agência Senado

Fim da desoneração da folha é alvo de críticas em debate **7**

Acordo com Áustria prevê cooperação educacional **3**

Sindicalistas apontam má gestão dos Correios **6**

Debatedores apoiam multa maior para fraude em comida **7**

Representação do país no Parlasul tem novo presidente **2**

João Alberto continuará na presidência do Conselho de Ética

O Conselho de Ética do Senado escolheu ontem o presidente e o vice-presidente do colegiado: João Alberto Souza e Pedro Chaves, respectivamente. João Alberto, que ocupa a presidência pela sexta vez, afirma que agora lerá o processo contra Aécio Neves, para depois dar uma opinião sobre a admissibilidade. Na reunião de ontem, Romero Jucá apresentou dois requerimentos à Justiça referentes a denúncias contra senadores. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Pedro Chaves e João Alberto, que estão à frente do Conselho de Ética

Ministro: setor energético estará pronto para retomada econômica

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmou que a produção energética do Brasil aumentará nos próximos anos e que, por isso, não faltará energia quando a economia voltar a crescer. Segundo ele, a força dos ventos terá destaque na matriz energética. **8**



O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, fala no Senado



Pedro França/Agência Senado

Congresso promulga emenda que permite vaquejada no país

Foi promulgada ontem, pelo Congresso, emenda constitucional que legaliza a vaquejada. A mudança na Constituição, proposta pelo senador Otto Alencar, determina que práticas desportivas com animais não são cruéis, desde que sejam manifestações cul-

turais, como a vaquejada foi considerada.

A atividade deve ser regulamentada por uma lei específica para garantir o bem-estar animal. O projeto de lei já foi apresentado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e está em análise em comissão. **2**

Usuário do serviço público deve ganhar código de proteção

O Senado aprovou ontem um projeto que cria um código de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados por União, estados e municípios. O código, que atende exigência da Constituição, define direitos do cidadão e normas para o bom atendimento. A avaliação anual dos serviços é uma das medidas. O texto segue para sanção. **3**

Poços de petróleo na Amazônia geram controvérsia

Em audiência sobre a possibilidade de exploração petrolífera na bacia do Rio Amazonas, as opiniões se dividiram. Para os defensores da extração de petróleo, as pesquisas no setor podem abrir nova fronteira de produção. Os que são contrários alertaram para os impactos da atividade nos manguezais e na barreira de recifes de corais. **8**

Encartado nesta edição, segue o boletim *Monitor Fiscal*, das Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara

Promulgada emenda que legaliza vaquejada e rodeio

Atividades agora estão protegidas pela Constituição como patrimônio cultural e devem ser regulamentadas em lei específica para garantir o bem-estar dos animais, o que está previsto em projeto de Eunício Oliveira

O CONGRESSO PROMULGOU ontem a emenda constitucional (EC) que legaliza vaquejadas e rodeios. A solenidade, no Plenário do Senado, foi acompanhada por dezenas de parlamentares e vaqueiros.

A EC 96/2017 resultou de proposta (PEC 50/2016) do senador Otto Alencar (PSD-BA) e considera legais as práticas com animais, desde que sejam manifestações culturais, como prevê o artigo 215 da Constituição, e registradas como bem imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Pela emenda, essas atividades terão que ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais.

Economia

Segundo o artigo 215, cabe ao Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura, apoiar e incentivar essas manifestações e proteger a



Parlamentares usando chapéu de vaqueiro acompanham sessão no Plenário

cultura popular, indígena e afro-brasileira.

O presidente do Senado e do Congresso, Eunício Oliveira, disse que a inclusão de práticas como a vaquejada na Constituição tornou-se um anseio, especialmente no Nordeste, depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar, em 2016, que a atividade causava maus-tratos aos animais e era inconstitucional.

— Estamos garantindo aqui cerca de 700 mil empregos só no Nordeste — afirmou.

Para Eunício, legalizar a vaquejada é ainda mais relevante neste momento de seca e crise econômica. Ele é autor do PLS 378/2016, que regulamenta a vaquejada e está em análise na Comissão de Educação (CE).

Revista *Em Discussão* sobre o tema: www.senado.leg.br/emdiscussao

Russomanno vai presidir representação no Parlasul

Eleito ontem novo presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), o deputado Celso Russomanno (PRB-SP) anunciou que pretende ampliar a divulgação dos trabalhos dos parlamentares brasileiros e colaborar para maior aproximação do Brasil com os demais países do Mercosul — Argentina, Paraguai e Uruguai (além da Venezuela, que está suspensa do bloco, mas integra o Parlasul).

— O Mercosul só será forte perante o mundo quando estiver muito mais unido do que hoje — disse.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), que assume uma das vices, exerceu a presidência no biênio 2015-2016.

Russomanno, que obteve

18 votos contra 17 dados ao deputado Rocha (PSDB-AC), vai presidir a Representação Brasileira até o final do ano que vem. Ele citou o Código de Defesa do Consumidor como exemplo de integração legislativa com o Mercosul.

— Os mesmos padrões de respeito ao consumidor são obedecidos em todo o bloco, tornando-o mais competitivo.

Segundo o Protocolo Constitutivo do Parlasul, os integrantes do órgão legislativo devem ser escolhidos diretamente pelas populações de seus respectivos países. Até o momento, porém, somente o Paraguai e a Argentina já elegeram seus parlamentares.

O Uruguai e o Brasil ainda são representados por integrantes de seus Parlamentos

nacionais, que acumulam as duas funções. O Parlasul reúne-se uma vez por mês em Montevidéu, no Uruguai.

O atual presidente do Parlasul é o deputado brasileiro Arlindo Chinaglia (PT-SP). Em sua opinião, uma das dificuldades de colocar em prática o princípio da eleição direta seria a de obter a aprovação da opinião pública.

— O Brasil vai aceitar pagar por mais 75 parlamentares em Montevidéu, além de pagar pela Câmara e pelo Senado no Brasil? — questionou.

O deputado anunciou que pretende promover neste ano, com as demais representações, um debate sobre possíveis mudanças no Regimento Interno do Parlasul, para tornar os trabalhos do órgão mais ágeis.

Lei de concessão em transportes é sancionada com vetos

O presidente Michel Temer sancionou ontem, com vetos, a lei que estabelece condições para prorrogação e relicitação de contratos de parceria entre governo e setor privado nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. No Senado, o texto foi aprovado em 3 de maio. A publicação deve ocorrer hoje.

Pela Lei 13.448/2017, originária da MP das Concessões, as regras são restritas aos empreendimentos federais que fazem parte do Programa de Parcerias

de Investimentos (PPI).

Houve vetos a três trechos do projeto, mas, de acordo com técnicos que atuam no programa de concessões, não foi afetado o mérito da iniciativa nem a finalidade original da MP.

Um dos vetos foi ao artigo que obrigava empresas supervisionadas pelo Banco Central e entidades governamentais de fomento a responder por dano ambiental nos contratos de parceria somente depois de comprovado dolo ou culpa, e a

reparar o dano causado.

Outro voto retirou o trecho que previa a responsabilização do concessionário pela segurança pública da rodovia. Pela justificativa, cabe à União organizar e manter a Polícia Rodoviária Federal.

Foi vetado ainda o artigo sobre prorrogação dos contratos. Pelo projeto, na hora de renovar as parcerias com o governo, a empresa poderia fazer financiamento dando como garantia os próprios direitos da concessão.

PT está unido contra Temer e a favor de eleições diretas, afirma Humberto

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem em Plenário que o congresso do PT, realizado no fim de semana, consolidou a unidade dos petistas contra o governo Temer e pelas eleições diretas.

Para o senador, o PT cometeu erros que poderiam ter



sido alvo de autocrítica mais incisiva, mas não houve o "racha" que levaria o partido ao desaparecimento.

Ele ressaltou que os parlamentares do PT rejeitarão participar de eleições indiretas e defendeu solução "radicalmente democrática".

Roberto Muniz destaca sucesso da feira de audiovisual NordesteLab

Roberto Muniz (PP-BA) destacou ontem a terceira edição da feira de audiovisual NordesteLab, em Salvador. Segundo o senador, houve 325 rodadas de negócios entre 33 canais de TV a cabo e 99 produtoras.

Em 2016, os filmes nacio-



nais atraíram 30,4 milhões de espectadores, o melhor número desde 1984. Já a renda cresceu 72% em relação a 2011.

— Eu trago esses números para que a gente tenha noção da importância de uma política pública para o audiovisual.

Telmário Mota chama a atenção para aumento da violência no país

Telmário Mota (PTB-RR) demonstrou preocupação com o aumento da violência. Ele citou o *Atlas da Violência*, divulgado pelo Ipea, que apresentou uma taxa de homicídios de 28,9 a cada 100 mil habitantes, representando aumento de



10,6% desde 2005. Para o senador, embora o Congresso tenha aprovado o Estatuto do Desarmamento, os bandidos não ficaram desarmados. Ele defendeu a redução da burocracia para que cada pessoa possa se proteger.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CCT Radiodifusão

8h30 A comissão tem 28 itens, entre eles 20 referentes à radiodifusão

CDR Turismo rural

8h30 Na pauta de 13 itens da comissão, o PLS 46/2012, que assegura aos estabelecimentos com turismo rural tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural

CAS Cozinheiros

9h A comissão avalia o PLC 74/2011, que regula a profissão de cozinheiro, e mais 13 itens.

CTFC Água e esgoto

9h A Comissão de Transparência pode analisar o PLS 505/2013, que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto, e mais 17 itens.

CCJ Indicações para CNJ e CNMP

10h A comissão analisa nomes para os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público. Depois, pauta de 35 itens.

CE Alfabetização de jovens e adultos

10h A Comissão de Educação pode analisar o PLS 124/2016, que inclui a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado, e mais 11 itens.

CDH Brinquedos adaptados

11h A comissão analisa o PLS 382/2011, que obriga os shoppings a ter brinquedos adaptados, e mais 13 itens.

PLÉNARIO Sessão deliberativa

14h O PLC 212/2015, que cria a Cédula Imobiliária Rural, abre a pauta.

CRA Febre aftosa

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove audiência sobre o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Instalação

14h30 Instalação e eleição de presidente e vice-presidente de sete comissões mistas: da MP 775/2017, que obriga o registro dos bens constituídos em todas as operações no mercado financeiro; às 14h40, da MP 776/2017, que altera a Lei dos Registros Públicos; às 14h50, da MP 777/2017, que cria a Taxa de Longo Prazo; às 15h, da MP 778/2017, que prevê o parcelamento da dívida previdenciária dos estados e municípios; às 15h10, da MP 779/2017, que estabelece critérios para aditivos contratuais no setor aeroportuário; às 15h20, da MP 780/2017, que institui o programa de regularização de débitos não tributários com autarquias; e às 15h30, da MP 781/2017, que trata dos recursos do Fundo Penitenciário.

MP 770/2017 Incentivo ao cinema

15h A comissão da MP, que prorroga o Recine, analisa relatório

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Código do usuário de serviço público vai à sanção

Projeto aprovado pelo Senado explicita direitos básicos do cidadão frente à administração pública, prevê avaliação anual dos órgãos e regula abertura de processo contra agentes

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a criação de um código de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos (federais, estaduais e municipais). A proposta foi aprovada na forma de um substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 439/1999, que define normas para o atendimento aos cidadãos e disciplina, entre outros pontos, prazos e condições para abertura de processo administrativo contra agentes públicos. O texto agora vai para a sanção presidencial.

Antes de ir para o Plenário, o substitutivo (SCD 20/2015) foi aprovado integralmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As regras passam a ser válidas para os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), a Advocacia Pública e também as concessionárias e empresas autorizadas a prestar serviços em nome do governo por delegação.

No Plenário, foi aprovado um destaque para retirar do texto o Ministério Público, que constava do substitutivo.

O relator foi Antonio Anastasia (PSDB-MG), que destacou a relevância do tema.

— Esse projeto aprimora muito o texto relativo aos serviços públicos no Brasil, especialmente a questão da modernização desses serviços face ao direito dos usuários — avaliou Anastasia.

O novo código explicita os direitos básicos dos cidadãos diante da administração pública direta e indireta e



Plenário na sessão que aprovou o código: projeto atende exigência constitucional de criação de lei em defesa do cidadão

entidades às quais o governo federal delegou a prestação de serviços. As regras protegerão tanto o usuário pessoa física quanto a pessoa jurídica.

Além de estabelecer direitos e deveres desses usuários, o texto determina prazos e condições para abertura de processo administrativo para apurar danos causados pelos agentes públicos.

O processo deverá ser concluído em cerca de 60 dias, da abertura à decisão administrativa final. O processo será aberto de ofício ou por representação de qualquer usuário ou dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor.

Cada poder público deverá publicar anualmente um quadro com os serviços públicos prestados e quem está responsável por eles.

Além disso, cada órgão ou entidade detalhará os serviços prestados com requisitos, documentos e informações necessárias, além de prazo para atender a demanda e etapas do processo.

Qualidade

O projeto prevê avaliação anual dos serviços públicos com relação a diversos aspectos. São eles: satisfação do usuário, qualidade do serviço prestado, cumprimento de compromissos e prazos, quantidade de manifestações dos cidadãos e mudanças feitas pela administração pública para melhorar o serviço.

A avaliação deverá ser divulgada no site de cada órgão e entidade, com um ranking dos piores órgãos públicos no atendimento ao usuário.

A acessibilidade foi incluída entre as diretrizes para prestação de serviços públicos, além de urbanidade e respeito no atendimento.

A proposta também regula a criação de conselhos de usuários. Esses colegiados são órgãos consultivos para acompanhar a prestação de serviços, com avaliação do que foi feito e propor melhorias.

O conselho também será responsável por avaliar a atuação da ouvidoria e poderá ser consultado na indicação do consultor de cada órgão. Os conselheiros serão escolhidos em processo aberto ao público e não serão remunerados.

O texto também estabelece funções para as ouvidorias de serviços públicos, como acompanhar a prestação de serviços e promover a conci-

liação entre usuário e órgão.

Cada ouvidoria deverá elaborar um relatório de gestão com indicação de falhas e sugestões de melhorias. O documento precisará indicar número de manifestações no ano, com análise de problemas recorrentes e providências tomadas.

A ouvidoria de cada órgão e entidade deverá encaminhar a decisão administrativa sobre a demanda ao usuário em até 60 dias. Outros órgãos poderão complementar as informações no prazo máximo de 40 dias.

Constituição

A edição da Lei de Defesa do Usuário de Serviços Públicos está prevista na Emenda Constitucional 19, de 1998, que estabeleceu o prazo de 120 dias para sua elaboração.

Em julho de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu prazo de 120 dias para o Congresso editar uma lei sobre defesa do usuário de serviços públicos, em resposta a uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) por omissão ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O prazo acabou em novembro de 2013.

O texto aprovado ontem determina que, para a União, os estados e também os municípios com mais de 500 mil habitantes, o código deverá entrar em vigor em 360 dias da publicação. A vigência será em 540 dias para cidades entre 100 mil e 500 mil habitantes e em 720 dias para cidades com menos de 100 mil habitantes.

Com Agência Câmara

Aprovado acordo de cooperação educacional entre Brasil e Áustria

O projeto de decreto legislativo que ratifica o Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior, assinado com a Áustria em 2013, foi aprovado ontem em Plenário.

O compromisso principal é o estímulo às relações bilaterais para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

Pelo texto aprovado (PDS 8/2017), que agora vai à promulgação, os países deverão cooperar diretamente nos campos do ensino e pesquisa entre suas universidades e instituições científicas.

Estão previstas no documento a realização de contatos, cooperação e intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores; a produção de eventos conjuntos; e a colaboração entre instituições de

ensino superior de cada país no âmbito dos programas de cooperação educacional e de pesquisa da União Europeia.

O tratado prevê ainda que a revalidação de diplomas estará vinculada às respectivas legislações nacionais.

Direito intelectual

O texto determina que, em seu território soberano, cada país protegerá os direitos de propriedade intelectual do outro signatário.

A vigência do acordo é de cinco anos, podendo ser prorrogada pelo mesmo período, salvo se um país informar ao outro, por escrito e por via diplomática, que não há interesse na prorrogação.

A comunicação deverá ser feita com seis meses de antecedência da data de renovação.

Senado cria Dia Nacional do Engenheiro de Custos

O Dia Nacional do Engenheiro de Custos, a ser comemorado em 27 de maio, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Agora a proposta segue para sanção.

A intenção do Projeto de Lei da Câmara 46/2016 é valorizar esse ramo da engenharia, que cuida do custo de uma obra ou serviço. A proposta,

de autoria do ex-deputado Edinho Bez (PMDB-SC), homenageia uma profissão focada na elaboração e na validação de orçamentos e planejamento de custos do empreendimento em todas as suas fases e na gestão de custos e do fluxo de caixa.

Dados de 2013 da Secretaria Nacional do Consumidor

apontaram que 22% das reclamações na área de construção civil correspondiam ao não cumprimento do contrato pelas construtoras.

O relator, Dário Berger (PMDB-SC), avaliou a atividade como fundamental para assegurar a viabilidade operacional e econômica de obras.

Avança PEC que impede fim de tribunais de Contas

A proposta de emenda à Constituição que estabelece os tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública passou ontem pela primeira sessão de discussão em segundo turno no Plenário do Senado.

Aprovada em primeiro turno no final de maio, a PEC ainda precisa passar por mais

duas sessões de discussão antes de ser votada. Se for aprovada, irá para a Câmara.

A proposta (PEC 2/2017) é do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) e tem o objetivo de proibir a extinção dos tribunais de Contas já existentes. Eunício lembrou um caso ocorrido no Ceará, onde a Assembleia Legislativa decidiu acabar com o Tribunal de Contas dos Municípios

(TCM). A decisão foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Diferente dos tribunais de Contas municipais, os tribunais de Contas dos municípios funcionam em âmbito estadual, com competência para fiscalizar as contas de todos municípios de um estado. A intenção é desafogar o trabalho dos tribunais de Contas estaduais.

João Alberto segue à frente do Conselho de Ética

Senador, que foi reeleito ontem para o sexto mandato como presidente do colegiado, disse que começará a ler hoje processo contra Aécio Neves. Pedro Chaves é escolhido vice-presidente

O CONSELHO DE Ética do Senado elegeu ontem João Alberto Souza (PMDB-MA) como presidente e Pedro Chaves (PSC-MS) como vice. Será o sexto mandato de João Alberto à frente do Conselho de Ética.

O presidente reeleito do Conselho de Ética se disse honrado por ter sido escolhido e afirmou que continuará fazendo o trabalho que sempre desempenhou na Casa.

João Alberto anunciou que vai começar a ler hoje o processo contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e que em 48 horas deverá ter uma opinião sobre a admissibilidade ou não da representação contra ele.

Admitida a representação, o próximo passo é a designação do relator do processo contra Aécio. De acordo com o regimento, o presidente do Conselho de Ética deve designar o relator em até três dias úteis, mediante sorteio entre os membros do órgão.

Requerimentos

Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou ao Conselho de Ética dois requerimentos. O primeiro solicita que o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhem todas as informações sobre processos que investiguem ou denunciem senadores. De acordo com Jucá, a medida é importante para que o Conselho de Ética acompanhe e cobre resultados.

O segundo requerimento cobra rapidez nas investigações sobre senadores. Segundo Jucá,

existem na PGR inquéritos de parlamentares com mais de 15 anos de tramitação e que não andam.

— Ficam dizendo que é culpa do foro ou do Conselho de Ética, mas não é. Em tese, esses procedimentos devem ser feitos pela Procuradoria-Geral da República junto com o Supremo Tribunal Federal — disse Jucá.

Votos contrários

João Alberto explicou que a reunião de ontem teve a exclusiva finalidade de eleger o presidente e o vice. Segundo ele, os requerimentos serão votados em uma próxima reunião.

O senador foi eleito para



João Alberto (C), eleito presidente, e Pedro Chaves (atrás), vice, são observados por Lasier (E), que criticou recondução

presidir o Conselho de Ética com dois votos contrários: o de João Capiberibe (PSB-AP) e o de Lasier Martins (PDT-RS).

Lasier lembrou que João Alberto está há 12 anos no cargo e destacou que é inadmissível

que o conselho reconduza “eternamente” o mesmo presidente. O senador sugeriu o nome de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) como forma de alternância do poder.

— Estamos vivendo um mo-

mento muito conflagrado da política. A minha discordância é em relação a esta mesmice, a esta repetição e, provavelmente, um conselho inoperante mais uma vez — protestou Valadares.

Ângela Portela será suplente de colegiado, que ainda tem vagas abertas

O nome da senadora Ângela Portela (PT-RR) foi indicado para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A indicação dela

foi lida ontem em Plenário e representa a participação do Bloco Resistência Democrática, composto pelo PT e pelo PDT. Apesar do Conselho de Ética ter sido

instalado, ele ainda não está completo, com 15 membros titulares e 15 suplentes. Estão vagas seis suplências e uma vaga titular da cota do PMDB.

Composição

■ Presidente: João Alberto Souza ■ Vice-presidente: Pedro Chaves

TITULARES		SUPLENTES
PMDB	<ul style="list-style-type: none"> ■ Airton Sandoval (SP) ■ João Alberto Souza (MA) ■ Romero Jucá (RR) ■ VAGO 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 1. Jader Barbalho (PA) ■ 2. Eduardo Braga (AM) ■ 3. Hélio José (DF) ■ 4. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Davi Alcolumbre (DEM-AP) ■ Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ■ Eduardo Amorim (PSDB-SE) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 1. VAGO ■ 2. Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ■ 3. Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ivo Cassol (PP-RO) ■ Lasier Martins (PSD-RS) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 1. Gladson Cameli (PP-AC) ■ 2. Otto Alencar (PSD-BA)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	<ul style="list-style-type: none"> ■ José Pimentel (PT-CE) ■ Acir Gurgacz (PDT-RO) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 1. Regina Sousa (PT-PI) ■ 2. Ângela Portela (PDT-RR)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, Rede)	<ul style="list-style-type: none"> ■ João Capiberibe (PSB-AP) ■ Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 1. VAGO ■ 2. VAGO
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Wellington Fagundes (PR-MT) ■ Pedro Chaves (PSC-MS) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 1. VAGO ■ 2. VAGO

Decisão do TSE não afetará pauta do Congresso, diz Eunício

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer nas últimas eleições não atrapalha as votações no Congresso, afirmou ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira. A pauta do Congresso Nacional pertence ao país, disse Eunício:

— As reformas políticas não pertencem ao governo, e sim à sociedade brasileira. Talvez esse Congresso não tenha votado, nos últimos anos, tantas matérias como nós votamos aqui nos últimos meses. Eu já estou há mais de seis anos aqui no Senado, e mais de 12 anos passei na Câmara dos Deputados, e nunca presenciei a votação de 11 matérias importantes em um único dia, como nós fizemos aqui. E inclusive com matérias difíceis de serem debatidas, de serem harmonizadas, como



Eunício garantiu que votações continuarão, seja qual for o resultado no tribunal

a PEC [proposta de emenda à Constituição] do foro privilegiado — destacou.

A PEC que acaba com o foro especial por prerrogativa de

função (PEC 10/2013) foi aprovada no Plenário do Senado na quarta-feira da semana passada e enviada à Câmara dos Deputados.

— Essa foi uma matéria que não teve consenso entre os senadores, foi ultimada e, na sequência, aprovamos ainda outras seis medidas provisórias. Em uma dessas matérias, eu recebi 29 inscrições de senadores, que somaram 290 minutos de debates no Plenário, e, mesmo assim, conseguimos aprovar toda a pauta — lembrou o presidente do Senado.

Eunício reiterou ainda que o julgamento do TSE compete apenas aos ministros daquele tribunal.

— Espero que a decisão a ser tomada seja compatível com o universo jurídico e garanto que, seja qual for o entendimento daquela corte, não afetará os trabalhos no Congresso Nacional — garantiu o senador.

Da Assessoria da Presidência do Senado

Ana Amélia espera que tribunal seja rápido ao julgar chapa Dilma-Temer

Ana Amélia (PP-RS) disse que está torcendo para que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) conclua o mais rápido possível o julgamento que pode resultar na cassação da chapa Dilma-Temer. Ela ponderou que, embora ninguém deva influenciar as decisões das cortes judiciais, a ação no TSE pode resolver a crise política, que causa cada vez mais prejuízos também para a economia.

A senadora registrou ainda a promulgação da emenda constitucional que legaliza a vaquejada.

Reforma trabalhista é aprovada em comissão

Relatório favorável à proposta passou na Comissão de Assuntos Econômicos, por 14 votos a 11. Texto será analisado por mais dois colegiados antes de ir a votação em Plenário

A REFORMA TRABALHISTA avançou ontem no Senado com a aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), favorável à proposta. Foram 14 votos favoráveis e 11 contrários, após mais de 9 horas de debates. Todas as mais de 240 emendas foram rejeitadas.

O projeto (PLC 38/2017) agora será analisado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Depois deverá ser discutido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o Plenário.

O texto do relator foi aprovado na íntegra, sem mudanças em relação ao texto enviado pela Câmara dos Deputados. Ferraço fez apenas sugestões de vetos à Presidência da República em temas polêmicos. Essa postura foi criticada pela oposição, que acusou o senador de abrir mão do direito do Senado de modificar e melhorar o projeto.

O relator afirmou à imprensa que o projeto deve ser votado no Plenário do Senado entre 20 e 23 de junho. Até lá, disse, o presidente Michel Temer deverá esclarecer quais pontos serão realmente vetados.

Alterações

O texto aprovado possibilita a prevalência do “acordado sobre o legislado”, o fim da contribuição sindical obrigatória (e da ajuda do sindicato na rescisão trabalhista) e a regulamentação do teletrabalho, com prestação de serviços fora das dependências do empregador.

A reforma trabalhista também permite a extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, o que dará direito ao recebimento de metade do aviso prévio e da indenização sobre o saldo do FGTS. Entre outras mudanças, ela revoga o artigo da CLT que condiciona a validade da rescisão do contrato de trabalho à homologação do sindicato ou da autoridade do Ministério do Trabalho e acaba com a obrigação de a empresa pagar a chamada hora *in itinere*, ou seja, o tempo gasto pelo empregado no deslocamento de sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e também no retorno, com transporte fornecido pelo empregador.

O parecer promove a maior alteração à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde sua criação, em 1943. Segundo Fátima Bezerra (PT-RN), são alterados 97 artigos e 320 dispositivos da CLT, 5 artigos e 13 dispositivos da Lei do Trabalho Temporário (Lei 6.019/1974) e

1 dispositivo da Lei do FGTS, além de 5 dispositivos da Lei 8.212/1991, sobre o regime jurídico dos servidores públicos.

Ferraço decidiu não modificar o texto para evitar que retornasse à Câmara. Ele preferiu firmar um acordo com o Palácio do Planalto para vetar temas polêmicos e que merecem mais debate, em sua opinião. A ideia é que seis pontos — entre eles, o trabalho intermitente, a jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso e a permissão para que grávidas trabalhem em ambientes insalubres — sejam vetados e depois regulamentados por projeto de lei ou medida provisória.



Antes da votação, senadores da comissão discutiram o projeto durante horas, dividindo-se entre ataque e apoio ao texto

Mudança na CLT recebeu críticas de vários senadores e três votos em separado

Apesar de aprovada, a proposta de reforma trabalhista foi duramente criticada na CAE por senadores da oposição e mesmo por representantes da base do governo, como o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), para quem a flexibilização de direitos trabalhistas pode aprofundar a recessão econômica.

— O custo do trabalho não é o principal custo da produção.

Na opinião de Humberto Costa (PT-PE), a reforma rompe com o papel de árbitro do Estado, ao pender totalmente em favor do empresariado.

— O Senado está abrindo mão de ser Casa revisora. O relatório de Ferraço não muda nada do texto aprovado pelos deputados — criticou.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou o instituto do trabalho intermitente por entender que o trabalhador acabará por ganhar menos, sem direito a férias. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou que não há garantias de que os vetos presidenciais ocorrerão.

— Essa reforma é a muleta para Temer permanecer no cargo, ele quer mostrar que manda no Congresso.

A senadora considerou inconstitucional o trecho que busca regulamentar o dano

extrapatrimonial, porque a indenização moral a que fazem jus os trabalhadores afetados por um mesmo problema será diferenciada de acordo com o salário.

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que Ferraço não levou em consideração nenhuma das contribuições sugeridas por autoridades e entidades, como ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), centrais sindicais e associações de magistrados e procuradores da Justiça do Trabalho.

— O relatório só atendeu os empresários — declarou.

Vetos

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que não viu nenhum senador defender a reforma trabalhista nem na CAE, nem no Plenário.

— Se todo mundo é contra, como é que vamos aprovar?

Segundo ele, se a reforma for aprovada, trabalhadores sob regime da CLT serão demitidos e serão recontratados como terceirizados, temporários ou pessoas jurídicas.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que não se deveria contar com vetos de um governo que “já acabou, pois Temer cometeu crime durante o mandato”.

— Os senadores que são empresários deveriam se de-

clarar impedidos de votar esse projeto — afirmou.

Kátia Abreu (PMDB-TO) criticou a figura do trabalho intermitente, a hora de almoço de apenas 30 minutos e disse que o Senado deveria “manter a parte boa da reforma e eliminar as partes ruins”.

Para Jorge Viana (PT-AC), ao votar a proposta sem alterações no texto da Câmara, os senadores estavam tirando importância da própria CAE.

Lídice da Mata (PSB-BA) considerou que o texto resulta em 201 pontos de prejuízo ao trabalhador.

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que “a precarização do trabalho não resolverá a crise nem dará fim à recessão”.

— Em um sistema democrático, estabelecer que o acordo prevalece sobre o legislado é ignorar o caráter geral das leis, fundamento da liberdade política e da democracia.

Otto Alencar (PSD-BA) fez críticas ao relator e ao líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

— Quem votar a favor é traidor dos trabalhadores e do povo brasileiro.

José Serra (PSDB-SP) disse que o Brasil passa pela maior depressão econômica de sua história e advertiu o governo

federal de que “não é hora de desacelerar a redução de juros”.

Para José Pimentel (PT-CE), a reforma é “uma monstruosidade” que gerará diminuição de empregos, liquidará sindicatos, reduzirá a renda e o consumo. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que a reforma trabalhista não ajudará na criação de empregos e tornará o mercado de trabalho “completamente vulnerável”.

Regina Sousa (PT-PI) considerou que o projeto “rebaixa a capacidade interpretativa da Justiça do Trabalho”.

Segundo o presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), será um desrespeito se o governo não honrar o acordo com o relator sobre os vetos.

Textos alternativos

Foram apresentados três votos em separado ao do relator, por Paim, Lídice e Vanessa, pedindo a rejeição total do PLC 38/2017.

O texto de Paim foi assinado também por Lindbergh, Regina, Gleisi e Fátima.

Como sua proposta não foi aprovada, Paim pediu um acordo para que as mudanças sugeridas pelo próprio Ferraço como futuros vetos fossem feitas já no âmbito do Senado, o que não aconteceu.

Tasso remete a presidente da Casa questão sobre vaga no colegiado

Na votação do projeto de reforma trabalhista, o presidente da CAE, Tasso Jereissati, negou uma questão de ordem em que o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros, alegou que seu partido tem direito a mais uma vaga na comissão, segundo as regras da proporcionalidade. A decisão, segundo Tasso, será da Presidência do Senado.

Renan lembrou que o presidente do Senado, Euní-

cio Oliveira, adotou numa questão de ordem anterior o entendimento de que a proporcionalidade deveria ser calculada após o início da sessão legislativa. Renan disse que a proporcionalidade hoje favorece o PMDB e que a existência de uma vaga não ocupada na comissão pode prejudicar a votação.

— Não deve a comissão deliberar sobre um assunto tão importante e sensível com

o colegiado incompleto. Não pode a CAE votar uma matéria tão sensível com apenas 26 senadores, fazendo a maioria da comissão cair de 14 para 13 votos, uma vez que o presidente tem o voto apenas na condição de desempatar a votação — argumentou o senador.

O entendimento foi apoiado pela líder do PT, Gleisi Hoffmann, que também se disse a favor do adiamento da votação.

Tanto ela quanto Lindbergh Farias alegaram que o PMDB já havia indicado suplentes para a comissão, por isso a vaga deveria ser preenchida imediatamente.

Tasso afirmou:

— Infelizmente, indefiro a questão de ordem e remeto à Presidência do Senado para a indicação de nome. No momento em que chegar a representação do presidente do Senado, acatarei.

Sindicalistas se opõem a cortes dos Correios

Enquanto o presidente da estatal defendeu a reestruturação, com demissões e redução de agências e de cargos, outros participantes apontaram má gestão e ingerência política

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Guilherme Campos Júnior, afirmou que a estatal precisa adaptar-se aos impactos tecnológicos dos novos tempos com urgência, se quiser sobreviver. Ele não descartou a possibilidade de demissão de funcionários e de redução de agências dos Correios.

— O impacto das novas tecnologias no mundo postal tem grande representatividade. Todos os grandes serviços postais do mundo passaram por essa mudança e há muito mais tempo. Cada país achou a transformação mais adequada a sua realidade. Aqui também vamos achar a nossa. Mas há uma constatação: a queda do volume de objetos postais referentes ao monopólio altera e muito o trabalho da empresa e suas finanças.

Na avaliação dele, não há como a estatal ser privatizada devido a singularidades da sua atuação e à situação financeira incapaz de atrair a atenção de qualquer investidor. No primeiro quadrimestre de 2017, os Correios registraram prejuízo de R\$ 800 milhões, sendo que R\$ 600 milhões referem-se ao pagamento do plano de saúde da estatal.

— Pelo cenário atual, duvido que aparecesse algum interessado. Nenhuma empresa do Brasil, por exemplo, quis entrar



Paulo Rocha (C) conduz debate na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre plano de ajuste da ECT

na disputa pelo Banco Postal, operado pelo Banco do Brasil, e que hoje representa a única atividade financeira em mais de 1,7 mil cidades do país.

Campos Júnior destacou a característica de integração nacional da ECT, pela sua capilaridade, que a diferencia das outras empresas públicas. Os Correios estão presentes nos 5.575 municípios do país. O presidente da empresa ainda afirmou que a reestruturação deveria ter sido adotada há uma década.

Prejuízos

Nos últimos dois anos foi registrado prejuízo de R\$ 2 bilhões na ECT, o que vem exigindo “ajustes e cortes desgastantes em todas as áreas”.

— Desde o ano passado a empresa congelou o orçamento e evitou aumento de despesas de R\$ 1,5 bilhão. Eliminou

funções gratificadas, mudou a política comercial e, com ajuda de consultoria externa, apresentou nova estrutura focada nos negócios, aproveitando sinergias, eliminando níveis hierárquicos e superposição de áreas. Mais de 400 postos de gerência e 20 departamentos foram cortados.

Segundo Campos Júnior, dos 117 mil funcionários da empresa, 7 mil já aderiram ao último plano de desligamento incentivado. Ele ressaltou que a folha de pagamento, somando salários e benefícios, representa 60% do custo operacional da empresa.

Debates

Paulo Rocha (PT-PA) ressaltou que os Correios têm ação social e que o desmonte da empresa terá repercussão negativa em toda a cadeia produtiva nacional. O senador rebateu

o argumento de redução de custos.

— Já demonstramos que, quanto mais salário na mão do povo, mais perspectiva de desenvolvimento social.

Para o presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios, José Gândara, que há mais de 40 anos trabalha na estatal, “infelizmente, as gestões políticas só têm feito mal à empresa, que elegeu, como prioridade, acomodar apadrinhados políticos”.

— Se a tarifa postal tivesse sido corrigida em 2012, a folha de pagamento não estaria consumindo 60% dos recursos da empresa.

Má gestão

Gândara disse que, nos últimos cinco anos, os patrocínios esportivos atingiram R\$ 500 milhões, dos quais R\$ 300

milhões só nas Olimpíadas. O governo levou da empresa R\$ 3 bilhões em dividendos. Para cobrir assaltos e atrasos em entregas, são R\$ 300 milhões ao ano. Os gastos para trocar a marca da empresa foram de mais de R\$ 50 milhões.

— A culpa é da má gestão, e não dos trabalhadores. O menor salário dos Correios está em R\$ 900; o maior, em torno de R\$ 48 mil. É muita diferença — afirmou Gândara.

O presidente da Associação dos Analistas de Correios do Brasil, Jailson Pereira, disse que a empresa é peça fundamental da administração pública.

— Conforme dados do Banco Central, de 2013, 30% das cidades do Brasil só possuem os Correios para acesso bancário. No Amazonas, é a única instituição presente em todos os municípios do estado — frisou.

O secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares, José Rivaldo da Silva, disse que a estatal deve promover a motivação dos trabalhadores, ao contrário de medidas de reestruturação que só cortam direitos.

O coordenador-geral da Associação Nacional dos Trabalhadores da ECT, Rodolfo Amaral, disse que a empresa é diferenciada, por manter “ação social muito forte e integralizar o país”. Ele defendeu a criação de um fundo de apoio aos Correios, e observou que o monopólio postal só atinge cartas e boletos bancários.

Medeiros cita queda do desemprego e vê sinais de retomada da economia

A economia do país já dá sinais de recuperação, afirmou José Medeiros (PSD-MT), citando pesquisa do IBGE



tomada foi o agronegócio. Ele comemorou a redução da taxa Selic de 11,25% para 10,25% e a queda do desemprego para 13,6% em abril:

— É a primeira queda mensal desde novembro de 2014. Estamos num processo de recuperação

O senador disse que o responsável pela re-

Ângela critica governo por redução no orçamento das universidades federais

Ângela Portela (PDT-RR) criticou os cortes feitos pelo governo no orçamento da educação. Segundo ela, a redução atinge principalmente as universidades e as escolas de ensino profissional. A senadora citou o caso da Universidade Federal de Roraima, que teve



40% da sua verba contingenciada este ano.

— É hora de cobrar do governo federal a execução da totalidade do orçamento das instituições federais de educação. Os recursos já são sempre escassos e, agora, ainda estão menores do que os do ano passado.

Valdir Raupp relata audiência e visita a cidades do interior de Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou, em Plenário, que esteve em audiência pública com representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Pimenta Bueno (RO), dia 2 de junho, para tratar de melhorias nos viadutos da rodovia que dividiu



a cidade e obter mais segurança aos moradores.

Também visitou outros municípios de seu estado: Cacoal, que vem se tornando polo de educação e saúde, e Ouro Preto do Oeste, onde tratou da infraestrutura turística. No dia 15, irá a Alto Paraíso e Cujubim.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antônio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Empresários preveem desemprego com o fim da desoneração da folha

Na audiência com oito setores beneficiados, Ana Amélia criticou mudanças abruptas e Sandoval, relator, avisou estar negociando com o governo

AUDIÊNCIA PÚBLICA REUNIU ontem representantes de oito setores da economia beneficiados pela política de desoneração da folha de pagamento adotada em 2011. Todos, sem exceção, criticaram duramente a Medida Provisória 774/2017, editada em 31 de março, que acaba com a permissão para o recolhimento de contribuição previdenciária com base na receita bruta das empresas, e não sobre a folha de pagamentos. Os empresários pediram que a MP tenha a vigência, que começa 1º de julho, suspensa.

Na avaliação dos empresários, o efeito da medida será desemprego e diminuição nas exportações.

— O setor [de tecnologia da informação] cresceu vigorosamente durante a desoneração, contratando 95 mil profissionais, com crescimento na remuneração de 2,3% ao ano acima da evolução da receita. A reoneração provocará a eliminação de 83 mil postos de trabalho até 2019. O setor retroagirá dez anos — estimou o presidente da Associação das Empresas de TI e Comunica-



No debate, o representante do governo diz que a renúncia fiscal não foi compensada e a prioridade é ajustar as contas

ção, Sergio Paulo Gallindo.

Outra crítica feita ao texto da MP é que a proposta — que mantém a desoneração apenas para empresas de construção civil e infraestrutura, de transporte coletivo de passageiros e jornalísticas e de radiodifusão — penaliza fortemente os setores exportadores.

Contratos

De acordo com o diretor jurídico da Fiesp, Helcio Honda, a MP também distorce o planejamento e deteriora a situação financeira das empresas, exatamente em um momento de crise econômica no país.

— A MP afeta os contratos já firmados das empresas com seus clientes, principalmente os contratos de exportação,

que geralmente são de até cinco anos de fornecimento.

Negociação

Ana Amélia (PP-RS) citou os setores calçadista, têxtil e de tecnologia como especialmente sensíveis à reoneração da folha de pagamento. Além disso, mudanças abruptas prejudicam o planejamento das empresas.

— É muito preocupante mudar as regras [tributárias] para setores que empregam muito, como o moveleiro, calçadista, têxtil e a indústria de TI — criticou a senadora.

O relator da MP, Airton Sandoval (PMDB-SP), manifestou preocupação com eventual piora nos níveis de emprego. Disse que vai continuar nego-

ciando o texto com o governo.

— Vamos encontrar a solução de forma a que fique bem, especialmente para o trabalhador, sem que haja aumento do desemprego — disse.

Defesa

Veio do governo a única voz em defesa da proposta. O chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias, disse que a renúncia fiscal, decorrente da desoneração, não foi compensada por outras receitas que viriam com o crescimento econômico. Afirmou que a preocupação do governo, em primeiro lugar, é o ajuste das contas públicas. Sem isso, acredita, o país não poderá retomar o crescimento.

Debatedores apoiam MP sobre inspeção de alimento

Convidados de audiência pública ontem defenderam a majoração das multas para as empresas que cometem fraudes na fabricação de produtos de origem animal. O debate foi feito pela comissão mista que analisa a MP 772/2017.

O diretor do Departamento de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, José Luis Ravagnani Vargas, considerou adequado o valor máximo de R\$ 500 mil definido na MP para punir práticas de infrações sanitárias como as que foram reveladas pela Operação Carne Fraca.

Segundo ele, o valor anterior, R\$ 15 mil, era insuficiente para estimular as empresas a cumprir a legislação sanitária. Como exemplo, citou uma usina com capacidade diária de processamento de leite de 500 mil litros. Caso o dono adicionasse 10% de água no produto, lucraria R\$ 70 mil por dia — mais de quatro vezes o valor de R\$ 15 mil fixado anteriormente para a multa.

— Ficava parecendo que a fraude compensava. Com um dia de adulteração, o dono do laticínio pagava quatro multas.

Além da elevação da multa, o secretário de Política Agrícola

da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, se disse favorável à implementação de outras medidas para assegurar a qualidade da produção de carnes, tais como a ampliação da fiscalização e da realização de campanhas de esclarecimento da população.

— Nos sentimos satisfeitos em relação a MP. Entendemos que não será só a multa que vai resolver os problemas. Mas entendemos que é um passo para tentar diminuir um pouco daquilo que presenciamos com relação à Carne Fraca — afirmou.

Rovaris defendeu a ampliação da punição para as empresas que adulterarem alimentos, de modo que sejam impedidas de participar de licitações de órgãos públicos e de obter financiamentos de bancos oficiais.

O representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários na audiência, Alexander Dornelles, destacou a importância da carreira para garantir alimentos com qualidade nos supermercados. Ele criticou propostas de terceirização da fiscalização agropecuária.

De acordo com ele, o quantitativo de fiscais agropecuários no Brasil em 2017, de apenas 700 servidores, é menor que o de 2002 e é insuficiente para atender a demanda do país, exatamente num momento em que o PIB do agronegócio atingiu cerca de um quarto do PIB nacional.

A reunião da comissão mista da MP foi presidida pelo deputado João Daniel (PT-SE), que foi acompanhado, na condução do debate, pelo relator, senador Eduardo Amorim (PSDB-SE).



O relator da MP, Eduardo Amorim (2º à dir.), participa de debate em que se defendeu multa mais alta para coibir fraudes

Armando pede construção de barragens em PE

Armando Monteiro (PTB-PE) destacou que as enchentes em seu estado já deixaram mais de 55 mil pessoas desabrigadas e desalojadas. Pernambuco também contabiliza mortes e prejuízos materiais, afirmou.

Segundo ele, as ações da defesa civil estadual têm atingido bons resultados. A tragédia, porém, poderia ter sido evitada, disse, se as obras do sistema de barragens do Rio Una tivessem sido concluídas. Apesar de terem começado em 2010, apenas a barragem de Serro Azul já ficou pronta, destacou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Dário Berger cobra ações preventivas contra cheias

Dário Berger (PMDB-SC) lamentou a recorrência das enchentes em seu estado e sublinhou que o mês de maio foi o mais chuvoso dos últimos 25 anos, sendo que as chuvas chegaram a um estado crítico nas últimas semanas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ele cobrou ações rápidas do governo e empresas para amenizar o drama dos desabrigados e criticou a burocracia que dificulta o socorro às vítimas.

— Podemos nos preparar melhor, agindo preventivamente, com obras de contenção, com a fiscalização de construções irregulares.

Inmetro fortalece indústria e protege cidadão, diz Lopes

Eduardo Lopes (PRB-RJ) destacou a importância do Instituto Nacional de Metrologia. Uma das funções do Inmetro, ressaltou, é envolver o consumidor na melhoria da qualidade dos produtos e serviços, contribuindo para a cidadania. Lopes declarou, porém, que a percepção sobre a relevância do órgão na vida das pessoas não é suficientemente divulgada.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Além de fortalecer as empresas nacionais, ele disse que o Inmetro ajuda a garantir que produtos estrangeiros entrem no país atendendo às normas legais.



O senador Eduardo Braga conduz a audiência pública em que os senadores ouviram o ministro Fernando Coelho Filho (E)

Ministro diz que governo busca segurança energética

Coelho Filho afirmou no Senado que país terá energia suficiente para suportar retomada do crescimento econômico. De acordo com ele, 36% da energia extra a ser instalada neste ano virá dos ventos e do sol

O MINISTRO DE Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, apresentou ontem à Comissão de Infraestrutura (CI) as ações do governo para o setor e disse que o grande objetivo da pasta é dar segurança energética ao país a preços competitivos.

De acordo com o ministro, está prevista uma expansão de 5 mil megawatts neste ano, dos quais 61% de fonte hidráulica, 25% de fonte eólica e 11% de fonte solar. Além disso, disse ele, já está contratada a expansão de mais de 21 mil megawatts até 2022, a fim de garantir a oferta de energia para a retomada do crescimento econômico do país.

Sobre as linhas de transmissão e as distribuidoras, o ministro afirmou que os leilões de abril e outubro contrataram 23,5 mil quilômetros de linhas de transmissão para entrar em operação até 2021. Além disso, houve no ano passado a privatização da Celg (distribuidora de Goiás), que rendeu R\$ 1 bilhão para cada um dos parceiros.

— Começou um processo de eficiência das distribuidoras da Eletrobras, o que é um desafio muito grande. Há distribuidoras que ainda prestam um serviço muito precário. A gente tem trabalhado na questão de melhorar a eficiência do serviço prestado.

Lei das Estatais

Coelho Filho disse que a retomada do crescimento econômico do país passa necessariamente pelos setores energético e mineral e apresentou as ações que o governo tem feito desde o ano passado e o que pretende fazer até o ano que vem.

Entre as ações que beneficiaram o país, segundo o ministro, estão a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016), que permitiu uma recuperação

rápida das empresas. A nova lei estabeleceu critérios mais técnicos para se nomearem os diretores das empresas estatais e uma maior transparência na divulgação de dados.

— Em apenas um ano de governo do presidente Michel Temer, as ações da Eletrobras chegaram a valorizar 66%. De forma também muito semelhante se comportaram as ações da Petrobras e dos bancos públicos. Essa foi uma lei de melhoria da nossa governança que teve um impacto positivo nos mercados.

Baixo consumo

Entre os maiores problemas do setor elétrico apresentados pelo ministro, estão a sobre-contratação de energia, devido ao baixo consumo; a baixa hidrologia dos últimos anos, comprometendo a geração de energia; as tarifas pressionadas por encargos setoriais e indenizações, pesando no bolso do consumidor; o aumento da inadimplência; e a judicialização do setor.

Coelho Filho explicou que o governo não quer mais dosar o ganho das empresas e que deve ser decisão do investidor poder escolher o negócio a fazer:

— Não temos preconceito com nenhuma taxa interna de retorno. É decisão do investidor escolher qual negócio ele vai fazer ou não fazer. O que cabe ao governo ou ao ministério é poder ter serviços de qualidade a preços competitivos. Esse é o papel.

Em relação à mineração, o ministro apontou como problema as incertezas sobre mudanças no marco legal, o que resultou no adiamento de investimentos no setor, aliado à queda do preço do minério de ferro e à recessão no país.

Questionado pelo presidente da comissão, Eduardo Braga (PMDB-AM), e por

Roberto Muniz (PP-BA) sobre como proteger as empresas nacionais diante das privatizações, o ministro afirmou que a privatização busca melhorar a eficiência dos serviços prestados e que é preciso fortalecer o papel da Eletrobras para preservar o interesse do país.

— Não dá para a gente ver uma Eletrobras sendo diluída pelos seus parceiros. Não dá para você ver uma Eletrobras, que no passado era objeto de desejo de parceria numa SPE [sociedade de propósito específico], começar a ser evitada por parceiros privados por não cumprir com suas obrigações de aportes. E nós estamos justamente focando a atuação da Eletrobras na distribuição e geração de energia daqui em diante — disse o ministro.

Amazonas

Após a audiência com o ministro, a comissão debateu o impasse de fornecimento de gás entre a Petrobras e a Amazonas Energia nas térmicas amazonenses. Braga afirmou que durante boa parte de 2016 e 2017 a usina de Aparecida ficou sem oferecer energia a Manaus devido ao não fornecimento do gás, já que a empresa estaria inadimplente com a Petrobras.

Segundo o assessor Leandro Caixeta Moreira, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Amazonas Energia não teve a concessão renovada e está atuando como designada. A agência tenta dar uma condição mínima para que a empresa faça algum investimento para dar continuidade ao serviço

— De outro lado da balança, a gente tem que pensar numa solução definitiva, para seguir o que está na Constituição, que diz que a designação tem que ser substituída por uma licitação para novo concessionário.

Exploração de petróleo na bacia do Amazonas divide opiniões

A perspectiva de exploração de petróleo na bacia formada pela foz do Rio Amazonas contrapõe os participantes de audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Para os defensores da extração de petróleo, as pesquisas podem abrir nova fronteira de produção, com geração de empregos e receitas para a Região Norte. Os que são contrários alertaram para os impactos da atividade em um ecossistema sensível, com manguezais e uma zona de recifes estimada em mais de 9 mil quilômetros quadrados.

Os blocos de exploração foram concedidos às empresas Total E&P, BP e Queiroz Galvão, em leilões realizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 2013.

O processo de licenciamento ambiental está em análise no Ibama, para estudos prévios e perfuração de sondagens (prospecção), mas não para início de produção regular.

Para João Capiberibe (PSB-AP), que solicitou o debate, é preciso esclarecer as dúvidas quanto a fragilidades nos estudos de impacto ambiental.

O presidente da CMA, Davi Alcolumbre (DEM-AP), destacou as possibilidades de desenvolvimento da região.

— No entanto, é importante ouvir todos os lados, para que se possa fazer a exploração dessa riqueza de forma sustentável — comentou.

Corais

O coordenador de Políticas Públicas da WWF Brasil, Michel Santos, disse que a entidade é contra o licenciamento.

— Primeiro, porque não há razão para se abrir no país nova fronteira de exploração de petróleo quando o mundo começa a fazer a transição para a economia de baixo carbono, desenvolvendo fontes de energia menos poluentes. Segundo, pelos riscos de vazamentos de óleo para a área costeira, mangues e recifes de corais da região — disse.

O chefe da Assessoria de Gestão de Risco da ANP, Silvio Jablonski, disse que nenhum dos blocos concedidos está situado sob a zona de corais.

Ele observou que análises de risco não demonstram que acidentes possam impactar áreas costeiras ou os recifes.

— Toda atividade humana envolve riscos, o importante é ter planejamento e ações que possam minimizá-los.

Para o assessor da ANP, o Brasil não pode desprezar suas reservas de petróleo, que podem render R\$ 281 bilhões em royalties.

— Infelizmente, a fase do petróleo não vai acabar abruptamente. Especialistas dizem que vai durar pelo menos por mais 30 anos — disse.

Para o secretário-geral de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Antonio Guimarães, o país ainda depende da energia do petróleo. Mas é possível explorar de modo sustentável, minimizando riscos.

Poços

Segundo o professor Ronaldo Francini Filho, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o licenciamento das atividades representa risco para a barreira de corais, “uma riqueza incalculável em termos de diversidade biológica”.

— Os recifes estão em área profunda, mais imunes às mudanças climáticas. Se preservados, podem servir para a reconstituição de sistemas similares já destruídos.

O representante do Greenpeace, Thiago Almeida, disse que os blocos explorados pela Total E&P estão muito perto da área de corais, um deles a só 8 quilômetros. Ele afirmou que as correntes são fortes, o solo oceânico é instável, e os vazamentos podem ter forte impacto no planeta.

De acordo com o diretor de Meio Ambiente da Total E&P, Claudio Costa, as prospecções são feitas em dois poços, com as distâncias de 25 e 30 quilômetros dos recifes.

— As formações de corais chegam até 220 metros de profundidade desde a superfície, enquanto a empresa está perfurando a 1,8 mil metros. Todas as modelagens de riscos, considerando ventos e correntes marítimas em diferentes estações, dão segurança de mínimo impacto de toque de óleo em áreas costeiras.

A diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, Larissa Carolina dos Santos garantiu que a equipe responsável pelo processo é altamente capacitada para tratar do caso.



Davi Alcolumbre (C) destaca a importância de conhecer todas as visões